

PLANO PRODEMGE  **prodemge**

CADASTRO NACIONAL DE PLANOS DE BENEFÍCIOS - CNPB 1994.0015-18

MENSAGEM AOS PARTICIPANTES E ASSISTIDOS

Belo Horizonte, 16 de abril de 2014.

Senhor participante ou assistido:

Em conformidade com a Resolução nº 23 do Conselho de Gestão da Previdência Complementar, de 6 de dezembro de 2006, alterada pela Resolução CNPC nº 2, de 31 de março de 2011, e a Instrução PREVIC nº 5, de 1º de novembro de 2013, a Fundação Libertas apresenta o Relatório Anual de Informações 2013 (resumo), que compreende:

- Demonstração do Ativo Líquido do Plano;
- Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano;
- Despesas Administrativas Consolidadas;
- Situação Atuarial do Plano;
- Aprovação das Demonstrações Contábeis;
- Distribuição dos Investimentos por Segmento e Gestão Terceirizada;
- Rentabilidade Bruta e Líquida por Segmento e Principais Índices do Mercado;
- Relatório Resumo da Política de Investimentos 2014.

A entidade esclarece que as informações relativas às alterações de Estatuto e Regulamentos que porventura ocorreram nos últimos 12 meses estão disponíveis em seu site www.fundacaolibertas.com.br.

Nesse mesmo endereç o eletrônico, em atendimento   normatização da PREVIC, poderá ser acessado o resumo das determinações encaminhadas nos trabalhos de fiscalização, bem como as providências adotadas pela entidade. Tal conteúdo está disponível na seção Autoatendimento ( rea privativa do participante ou assistido), visando preservar o sigilo legal de cada plano.

Ressalte-se ainda que o **Relatório de Gestão 2013**, com as principais iniciativas empreendidas pela Funda o Libertas no exercício passado, será disponibilizado em breve no site da entidade. Mais do que uma prestação de contas, em uma linguagem simples e acessível, esse documento cumpre um papel preponderante na comunicação entre instituição, participantes e assistidos, ao disseminar a gestão e o funcionamento de uma entidade fechada de previdência complementar.

Por fim, de acordo com a legislação, a entidade informa que o inteiro teor das Demonstrações Contábeis relativas ao exercício de 2013, consolidadas e segregadas por plano de benefícios, estão igualmente disponíveis em seu site (menu principal: Patrim nio e Finanç s), onde ainda poderão ser encontrados, na íntegra, todos os informativos supracitados, entre outros documentos.

Atenciosamente,

SITUAÇÃO PATRIMONIAL

A situação patrimonial de cada Plano de Benefícios Previdenciais pode ser verificada em sua “Demonstração do Ativo Líquido”. Nesse demonstrativo é possível observar a composição dos Investimentos do Plano; os registros dos valores a receber referente a contribuições normais e contratadas; os registros das obrigações (operacionais e contingencias); a composição dos fundos (previdenciais e não previdenciais); o registro das Provisões Matemáticas e o Resultado do Plano.

Por meio da “Demonstração da Mutação do Ativo Líquido” é possível observar as alterações ocorridas no patrim nio do Plano, decorrentes das Contribuições Vertidas; do Resultado dos Investimentos; dos Benefícios Pagos; das variações do Exigível Contingencial e do valor destinado ao Custeio Administrativo do plano.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO			
(valores expressos em R\$ mil)			
DESCRIÇÃO	2013	2012	Variação (%)
1. Ativos	315.579	292.969	7,72%
Disponível	117	34	244,12%
Receb�vel	21.452	23.245	-7,71%
Investimento	294.010	269.690	9,02%
Ações	-	16.876	-100,00%
Fundos de Investimentos	267.697	228.611	17,10%
Investimentos Imobiliários	20.909	18.277	14,40%
Empréstimos	5.404	5.695	-5,11%
Outros Realizáveis	-	231	-100,00%
2. Obrigações	18.066	20.009	-9,71%
Operacional	4.826	3.269	47,63%
Contingencial	13.240	16.740	-20,91%
3. Fundos não Previdenciais	1.349	1.537	-12,23%
Fundos Administrativos	1.169	1.369	-14,61%
Fundos de Investimentos	180	168	7,14%
4. Resultados a Realizar	-	-	0,00%
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	296.164	271.423	9,12%
Provisões Matemáticas	296.164	271.423	9,12%

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO			
(valores expressos em R\$ mil)			
DESCRIÇÃO	2013	2012	Variação (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	271.423	227.543	19,28%
1. Adições	41.597	60.035	-30,71%
(+) Contribuições	18.426	28.229	-34,73%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	23.171	31.806	-27,15%
2. Destinações	(16.856)	(16.155)	4,34%
(-) Benefícios	(15.206)	(14.256)	6,66%
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(5)	(604)	-99,17%
(-) Custeio Administrativo	(1.645)	(1.295)	27,03%
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrim�nio Social (1+2)	24.741	43.880	-43,62%
(+ / -) Provisões Matemáticas	24.741	43.880	-43,62%
4. Operações Transitórias	-	-	0,00%
B) Patrimonio social - final do exercício (A+3+4)	296.164	271.423	9,12%
C) Fundos não previdenciais	1.349	1.536	-12,17%
(+ / -) Fundos Administrativos	1.169	1.368	-14,55%
(+ / -) Fundos dos Investimentos	180	168	7,14%

A composição das Contribuições Contratadas junto a patrocinadora é assim detalhada:

■ Reserva relativa ao Passivo Atuarial do Plano: Refere-se à reserva aos compromissos especiais com os participantes existentes na data de criação do Plano, contratada com cláusulas financeiras, constituída em maio de 1998, que deverá ser quitada em 240 meses. A correção do referido contrato até novembro de 2012 era feita pela variação da TR – Taxa de Referência. Em janeiro de 2013, foi pactuado aditivo contratual que recalculou os valores do contrato da d vida, desde o mês de maio de 2002, pela variação mensal do INPC –  ndice Nacional de Preços ao Consumidor, acrescendo ao saldo do mês de dezembro de 2012 o valor de R\$ 12.457.035,81. No mesmo aditivo, os valores das parcelas mensais foram recalculados com base no saldo devedor atualizado.

CONTRATO DE SERVIÇO PASSADO

	Exercício Atual (31/12/2013)	Exercício Anterior (31/12/2012)
Valor Contratado (inicial)	R\$ 13.304.825,95	R\$ 13.304.825,95
Saldo Devedor	R\$ 17.437.834,17	R\$ 7.313.187,58
Prazo de Amortização Pactuado	240 parcelas	240 parcelas
Prazo de Amortização Restante	52 parcelas	64 parcelas
Valor das Parcelas no Contrato	R\$ 397.743,69	R\$ 139.348,31
Data de Vencimento	5º dia do mês	5º dia do mês
Atualização Pactuada	INPC	INPC
OBSERVAÇÕES:	– O Saldo devedor apresentado nessa tabela está deduzido da parcela do mês de referência	

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Em conformidade com a Resolução CGPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado do plano de benefícios previdencial, em conformidade com regulamento próprio, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Fundação.

A variação patrimonial do PGA observa as receitas administrativas decorrentes das gestões Previdenciais e de Investimentos; as Receitas Diretas; além do reembolso dos planos assistenciais. Registra também as deduções das despesas comuns e específicas da administração previdencial, assistencial e de investimentos, sendo as sobras ou insuficiências alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo.

As despesas totais da Fundação são assim distribuídas:

DESPESAS ADMINISTRATIVAS - 2013

(valores expressos em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	GESTÃO PREVIDENCIAL	GESTÃO DE INVESTIMENTOS	GESTÃO ASSISTENCIAL	TOTAL DAS DESPESAS	%
Pessoal e encargos - CONSELHEIROS	228	106	46	380	1,40%
Pessoal e encargos - DIRIGENTES	639	502	225	1.366	5,05%
Pessoal e encargos - PESSOAL PRÓPRIO	6.139	2.625	4.080	12.844	47,44%
Pessoal e encargos - PESSOAL CEDIDO	358	50	103	511	1,89%
Sub Total - Despesas com Pessoal e Encargos	7.364	3.283	4.454	15.101	55,78%
Serviços de terceiros - AUDITORIA ATUARIAL/BENEFÍCIOS	7	–	–	7	0,03%
Serviços de terceiros - AUDITORIA CONTÁBIL	83	51	48	182	0,67%
Serviços de terceiros - CONSULTORIA ATUARIAL	1.946	–	–	1.946	7,19%
Serviços de terceiros - CONSULTORIA CONTÁBIL	3	–	–	3	0,01%
Serviços de terceiros - CONSULTORIA DOS INVESTIMENTOS	–	526	24	550	2,03%
Serviços de terceiros - CONSULTORIA JURÍDICA	42	7	6	55	0,20%
Serviços de terceiros - GESTÃO/PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	–	1	–	1	0,00%
Serviços de terceiros - INFORMÁTICA	689	200	276	1.165	4,30%
Serviços de terceiros - OUTRAS	197	84	592	873	3,22%
Sub Total - Despesas com Serviços de terceiros	2.967	869	946	4.782	17,66%
DESPESAS COM MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA	1.368	522	657	2.547	9,41%
Sub Total - Despesas com Manutenção Administrativa	1.368	522	657	2.547	9,41%
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	69	20	39	128	0,47%
Sub Total - Despesas com Treinamentos	69	20	39	128	0,47%
VIAGENS E ESTADIAS	67	22	10	99	0,37%
Sub Total - Despesas com Viagens	67	22	10	99	0,37%
OUTRAS DESPESAS	–	–	503	503	1,86%
Sub Total - Outras despesas	–	–	503	503	1,86%
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	101	80	55	236	0,87%
Sub Total - Depreciação e Amortização	101	80	55	236	0,87%
Reconhecimento de Contingências - Gestão Previdencial	2.207	–	–	2.207	8,15%
Reconhecimento de Contingências - Gestão de Investimentos	–	737	–	737	2,72%
Reconhecimento de Contingências - Gestão Assistencial	–	–	733	733	2,71%
Sub Total - Reconhecimento de contingências	2.207	737	733	3.677	13,58%
TOTAL GERAL	14.143	5.533	7.397	27.073	100,00%

SITUAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS¹**1 – CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

Atendendo às disposições das Leis Complementares nº 108 e nº 109, ambas de 29 de maio de 2001, e da Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 09, de 29/11/2012, a GAMA Consultores Associados apresenta o Parecer Técnico-Atuarial do Plano de Benefícios 5-II - RP5-II, também denominado neste documento de PLANO PRODEMGE, administrado e executado pela FUNDAÇÃO LIBERTAS DE SEGURIDADE SOCIAL e patrocinado pela PRODEMGE - Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais, em face da Avaliação Atuarial anual do exercício de 2013, a qual teve como objetivo o dimensionamento das Provisões Matemáticas e dos Fundos Previdenciais, bem como apuração do custo dos benefícios assegurados pelo Plano e, em decorrência, a fixação do Plano de Custeio processado com início de vigência para abril de 2014.

O PLANO PRODEMGE está registrado na PREVIC sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB nº 1994.0015-18, encontra-se fechado a novas adesões, conforme PORTARIA nº 705, de 18/12/2013, publicada no DOU de 19/12/2013, e possui todos os seus benefícios estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD) e, conforme Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005, trata-se de plano de benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Benefício Definido (BD).

Procedemos à Avaliação Atuarial anual do exercício de 2013, posicionada em 31/12/2013, conforme apresentada no Relatório GAMA 43 – RE 027/14, contemplando o Regulamento e a Nota Técnica Atuarial do Plano, considerando a última alteração regulamentar aprovada pelo Ofício 2.481/SPC/DETEC/CGAT de 27 de julho de 2007, assim como os dados individualizados dos Participantes e Assistidos e as informações contábeis e patrimoniais do Plano, levantados e informados pela Fundação, posicionados na data base de 31/12/2013.

As informações relativas à Avaliação Atuarial objeto deste Parecer encontram-se no Relatório GAMA 43 – RE 027/14, o qual contempla os resultados da Avaliação Atuarial do PLANO PRODEMGE posicionada em 31/12/2013.

Cumpre-nos informar que se encontra em desenvolvimento na Fundação, estratégia previdencial pretendida pela Patrocinadora, a qual visa apresentar alternativas previdenciárias para os Participantes e Assistidos do Plano, que consistiu, inicialmente, na incorporação do Plano RP5 pelo RP5 – II e no fechamento do PLANO PRODEMGE, aprovado conforme PORTARIA nº 705, de 18/12/2013, publicada no DOU de 19/12/2013. Então, a partir de novo processo, busca-se facultar a Transação de seus Participantes e Assistidos para o Plano PRODEMGE SALDADO, a ser criado, ou Plano ProdemgePrev, estruturado na modalidade de Contribuição Definida, cujo início de operacionalização ocorreu em 01 de dezembro 2012 e, ao final, a retirada de pa-

trócinio da PRODEMGE do PLANO PRODEMGE.

Ressalta-se que, para o PLANO PRODEMGE, observou-se a existência de um único Grupo de Custeio, sendo este denominado de “Geral” exclusivamente para fins deste Parecer, o qual contempla a totalidade dos Participantes e Assistidos do Plano de Benefícios.

Adicionalmente, e em face da Fundação Libertas não ter informado nenhum fato relevante para este plano, além da estratégia previdencial em andamento relatada anteriormente, em conformidade com a correspondência GAMA 43 CT 505/13 de solicitação de dados e informações para a Avaliação Atuarial anual do exercício de 2013, consideramos no seu processamento a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do plano de benefícios, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto 4.942/03, dada a responsabilidade técnico-atuarial da GAMA, em relação aos planos administrados pela Fundação.

(...)

2.1.4 – SOLUÇÕES PARA INSUFICIÊNCIA DE COBERTURA²

Para restabelecer o Equilíbrio Técnico do Plano, em face da apuração de Déficit Técnico na data da Avaliação Atuarial anual de 2013, 31/12/2013, no montante de R\$ 16.424.299,13, observadas as causas estruturais que lhe deram origem, este foi levado integralmente à Provisão Matemática a Constituir então existente em 2012 no valor de R\$ 66.647.006,78, sendo apurado, então, na data da Avaliação Atuarial de 2013, o montante de R\$ 83.071.305,91, considerando a metodologia atuarial na sua apuração, resultando na proposta de novo Custeio Extraordinário consolidado em documento específico de Plano de Custeio denominado GAMA 43 – PC 023/14, acarretando o aumento das Contribuições Extraordinárias, a vigor a partir de 01/04/2014, contemplando a adoção das medidas previstas na Resolução MPS/CGPC 26/2008, em relação às proporções contributivas e às reservas matemáticas individuais dos Participantes e Assistidos, e, na forma da Resolução MPS/CGPC 18/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC 09/2012, quanto aos prazos máximos de financiamento, conforme consta do Relatório GAMA 43 RE 027/14.

Assim, considerando inclusa a sobrecarga administrativa, o Custeio Extraordinário na forma linear pode ser efetuado a partir de Fator a ser aplicado sobre o valor das Contribuições Normais mensais, equivalente a 1,447, daquelas de responsabilidade dos Participantes, de 2,226, daquelas de responsabilidade da Patrocinadora, com base em um prazo médio de financiamento de 7 anos para ambos, e de 12,539%, incidente sobre o benefício bruto de cada Assistido, em um prazo médio de financiamento de 23 anos. Esses fatores e percentual são válidos exclusivamente até o início de vigência do próximo Plano de Custeio, uma vez que deve ser procedida a revisão atuarial anual do saldo devedor da Provisão Matemática a Constituir,

¹Citações extraídas do Parecer Atuarial 022/14, cuja versão completa encontra-se publicada no Relatório Anual no sítio eletrônico da Fundação Libertas: www.fundacaolibertas.com.br

²O plano de custeio proposto, contemplando as contribuições extraordinárias lineares, foi encaminhado para aprovação da patrocinadora, que por sua vez emitiu o Ofício OF.PROD.DPR.Nº 00530/2014 solicitando a prorrogação do plano de custeio vigente ou uma nova proposta de escalonamento das contribuições extraordinárias, motivo pelo qual o Conselho Deliberativo, por meio do Ofício CODE 024/2014, aprovou a elaboração de um estudo de escalonamento das contribuições extraordinárias, no prazo de 60 dias, e a prorrogação por igual período, a contar de 25/03/2014, do Plano de Custeio vigente.

em função das perdas e ganhos observados nas avaliações atuariais anuais.

(...)

2.2.2 – VARIACÃO DO RESULTADO

Os comentários acerca da variação entre os resultados das Avaliações Atuariais de 31/12/2012 e 31/12/2013 constam, de forma pormenorizada, do Relatório GAMA 43 – RE 027/14.

Confrontando-se as obrigações do Passivo Atuarial, expressas pelo valor das Provisões Matemáticas de R\$ 296.163.683,98, posicionadas em 31/12/2013, quando consideradas as Provisões a Constituir, com o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano, de mesmo valor, verifica-se que a situação econômico-atuarial do PLANO PRODEMGE apresentou Equilíbrio Técnico no exercício, em 31/12/2013.

Salienta-se que tal equilíbrio foi influenciado pela existência de Provisão Matemática a Constituir, de R\$ 83.071.305,91 em 31/12/2013, devido à revisão atuarial especial do seu saldo devedor em função das perdas e ganhos observados nas avaliações atuariais anuais, conforme antes informado no subitem que trata das Soluções para Insuficiência de Cobertura. Destaca-se que referido Déficit Técnico foi influenciado, dentre as causas demonstradas no Relatório GAMA 43 - RE 027/14, pela movimentação da massa de participantes e assistidos e novos dependentes de assistidos, o crescimento normal das obrigações do Plano.

2.2.3 – NATUREZA DO RESULTADO

O resultado equilibrado do Plano apresentado deve-se ao fato de que, quando da revisão da Provisão Matemática a Constituir posicionada em 31/12/2013, foi absorvido o resultado deficitário apresentado no exercício até aquela referida data. Destaca-se que o Déficit Técnico está sendo equacionado desde a Avaliação Atuarial anual de 2009, sendo a respectiva Provisão Matemática a Constituir crescente a partir de referido exercício e, dessa forma, é nosso entendimento que o resultado deficitário tem causas com caráter perene, atribuindo-se a este, então, natureza estrutural.

2.2.4 – SOLUÇÕES PARA EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT

O equacionamento do Déficit Técnico acumulado auferido pelo Plano, no montante de R\$ 83.071.305,91, resultante da Avaliação Atuarial do exercício de 2013, observadas as causas estruturais que lhe deram origem, foi levado à Provisão Matemática a Constituir, estabelecendo-se o Custeio Extraordinário para equacioná-la, o qual foi consolidado no Plano de Custeio, denominado de GAMA 43 – PC 023/14, previsto para vigorar a partir de 01/04/2014, na forma relatada no subitem relativo a Soluções para Insuficiência de Cobertura deste Parecer.

Ademais, cumpre informar que se encontra em desenvolvimento na Fundação estratégia previdencial pretendida pela Patrocinadora, a qual visa apresentar alternativas previdenciárias para os Participantes e Assistidos do Plano, que consistiu, inicialmente, na incorporação do Plano RP5 pelo RP5 – II e no fechamento do PLANO PRODEMGE, aprovado conforme PORTARIA n°705, de 18/12/2013, publicada no DOU de 19/12/2013. Então, a partir de novo processo, busca-se facultar a Transação de seus Participantes e Assistidos para o Plano PRODEMGE SALDADO, a ser criado, ou Plano ProdemgePrev, estruturado na modalidade de Contribuição Definida, cujo iní-

cio de operacionalização ocorreu em 01 de dezembro 2012 e, ao final, a retirada de patrocínio da PRODEMGE do PLANO PRODEMGE.

(...)

2.2.6 – OUTROS FATOS RELEVANTES

1) Para fins da Avaliação Atuarial posicionada em 31/12/2013, os valores utilizados de patrimônio, ativos de investimentos, fundos de investimento e administrativo e exigíveis do Plano, foram os informados pela Fundação, através do Balancete Contábil do referido mês, sendo sua precificação de inteira e exclusiva responsabilidade da Fundação, e considerados para fins da avaliação que tais valores refletem a realidade dos fatos, bem como consideramos que as Provisões Matemáticas ora avaliadas estão fixadas com base na taxa de juros técnicos de desconto financeiro de 5,29% a.a.

2) Dentre os ativos de investimentos, conforme informado pela Fundação, parcela destes estavam contabilizados pela curva do papel e mantidos até o vencimento, sendo que para tal, a Fundação atestou a possibilidade de sua manutenção com base em Fluxo Atuarial específico, conforme exigência da Resolução MPAS/CGPC 04/2002, e suas alterações posteriores, fato que pode ser verificado no Parecer GAMA 43 – PA 039/14.

3) Conforme observado no Balancete Contábil de 31/12/2013 verifica-se que o montante de R\$ 20.187.073,83 não se encontra integralizado no Plano, uma vez que existem recursos a receber e, dentre os quais, destacam-se as Contribuições Extraordinárias de responsabilidade exclusiva da Patrocinadora, na forma que foram contratadas, destinadas a cobrir compromissos com gerações de participantes existentes na data de início do Plano, cujo montante equivale, em 31/12/2013, a R\$ 17.835.577,90, líquida de sobrecarga administrativa, financiada inicialmente em 240 prestações mensais, restando 52 prestações, em 31/12/2013, para a cessação desse compromisso com o PLANO PRODEMGE.

4) No exercício de 2013 não houve constituição ou reversões de Fundos Previdenciais. Em 31/12/2013, o Fundo Administrativo montava em R\$ 1.168.901,58 e o Fundo de Investimentos do Plano em R\$ 180.208,68, ambos com a respectiva cobertura patrimonial, cuja determinação é de responsabilidade da Fundação Libertas.

5) As hipóteses atuariais utilizadas para fins da Avaliação Atuarial anual de 2013 do PLANO PRODEMGE foram aprovadas pela Fundação Libertas, e pela Patrocinadora, considerando a esta o que lhe é pertinente, sendo que a Fundação estava subsidiada pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados pela GAMA, cujos resultados lhe foram formalizados por meio do Relatório GAMA 43 - RE 104/13, observando-se, assim, no que nos pertine, os ditames da Resolução MPS/CGPC n° 018/06, alterada pela Resolução MPS/CNPC n° 09/12.

6) Dentre as hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial deste exercício de 2013, comparativamente às adotadas para o exercício de 2012, destacam-se as alterações relativas ao Crescimento Real dos Salários, considerando a aplicação da

taxa de 1,40% a.a. em substituição à de 1,44% a.a., ao Fator de Capacidade de 0,9782 em substituição ao de 0,9803, à taxa de Inflação de 5,00% a.a. em substituição à taxa de 4,49%, à taxa de juros de 5,29%, em substituição à taxa de 5,37%, à taxa de carregamento administrativo que em 2012 era de 9% e que passou a ser nula em 2013, à taxa de administração de 0,633%, em substituição à taxa de 0,138%, bem como a tábua de entrada em invalidez, de MÜLLER para LIGHT MÉDIA e a hipótese de rotatividade, de GAMA/ROT EXP. PRODEMGE 2009 (D15%) (3,57% a.a.) para GAMA/ROT EXP. PRODEMGE 2013 (4,98% a.a.).

7) Constatou-se, com base em fluxo atuarial desenvolvido especificamente para este fim, em atendimento à Resolução MPS/CGPC 18/06, alterada pela Resolução MPS/ CNPC 09/12,

HIPÓTESES ATUARIAIS

As hipóteses e premissas atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial de Encerramento do Exercício de 2013 foram elaboradas pela Fundação, com a concordância da Patrocinadora para aquelas que lhe é pertinente, subsidiadas pelos trabalhos técnicos atuariais que envolvem a aplicação dos tes-

tes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados pela GAMA Consultores Associados², conforme os ditames da Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28/03/2006, alterada pela Resolução CNPC nº 09, de 29/11/2012.

(...)

4- CONCLUSÃO

Conclui-se, ante o exposto, que a situação econômico-atuarial do PLANO PRODEMGE, em 31/12/2013, encontra-se equilibrada, considerando as Provisões Matemáticas a Constituir de Equacionamento do Déficit no valor de R\$ 83.071.305,91, bem como o valor das Contribuições Contratadas incluídas no Patrimônio de Cobertura do Plano, como observado através do confronto entre as obrigações anteriormente expostas, e o Patrimônio de Cobertura do Plano.”

DESCRIÇÃO	HIPÓTESE EMPREGADA
REGIMES E MÉTODOS¹	
Regime Financeiro	Capitalização para os Benefícios Programados e Repartição Capitais de Cobertura para os Benefícios de Risco.
Método Atuarial	Agregado para os Benefícios Programados e Repartição Capitais de Cobertura para os Benefícios de Risco.
BASES POPULACIONAIS	
Rotatividade	Tábua GAMA/ROT- EXPERIÊNCIA PRODEMGE 2013 (Taxa média de 4,98% ao ano até a idade da aposentadoria e nula após essa idade) ⁽²⁾
Custo de Pensão	Família Real ⁽³⁾
BASES ECONÔMICAS E FINANCEIRAS	
Taxa de Juros Técnico Atuarial	5,29% a.a. ⁽⁴⁾
Projeção do Crescimento Real Anual do Salário	1,40% a.a. ⁽⁵⁾
Fator de Capacidade	0,9782 ⁽⁶⁾
HIPÓTESES BIOMÉTRICAS	
Tábua de Mortalidade Geral/Sobrevivência	AT - 2000 M&F (suavizada em 10%) ⁽⁷⁾
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT - 49 - M - Agravada em 100% ⁽⁸⁾
Tábua de Entrada em Invalidez	LIGHT MÉDIA ⁽⁹⁾
Tábua de Entrada em Auxílio Doença	Não aplicável

1 – Os testes demonstraram que o Montante das Provisões Matemáticas, calculado pelo Método Crédito Unitário (UC), foi inferior ao apurado pela Avaliação Atuarial Anual do Plano, verificando-se assim, que o Regime Financeiro e o Método Atuarial atendem a legislação vigente.

2 – A tábua que se mostrou mais aderente à massa vinculada ao Plano, conforme teste de aderência aplicado, foi a Tábua GAMA/ROT- EXPERIÊNCIA PRODEMGE 2013.

3 - Com relação à hipótese de composição familiar foi mantida a utilização do cadastro real dos participantes (família real), por conferir maior precisão aos cálculos frente à realidade do Plano

4 – A Taxa Real de Juros foi definida de acordo com estudos prospectivos, observando as projeções e cenários econômicos, de acordo com o disposto na Resolução CGPC 18/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC 09/2012, sendo que a referida taxa de juros, converge com a taxa esperada de retorno real dos recursos garantidores.

²Empresa de consultoria atuarial responsável técnica pelo Plano.

5 – A taxa de crescimento real de salários foi atestada pela patrocinadora com base nos testes, observando-se os critérios prospectivos da sua política de recursos humanos quanto às progressões e tabelas salariais.

6 – No teste foi utilizado como índice projetado de inflação a taxa de 5,00% a.a., obtida através da ponderação das taxas de inflação de médio e longo prazos.

7 - A tábua que se mostrou mais aderente à massa vinculada ao Plano, conforme teste de aderência aplicado, foi a Tábua AT - 2000 M&F (suavizada em 10%).

8 - A tábua que se mostrou mais aderente à massa vinculada ao Plano, conforme teste de aderência aplicado, foi a Tábua AT - 49 - M - Agravada em 100%.

9 - A tábua que se mostrou mais aderente à massa vinculada ao Plano, conforme teste de aderência aplicado, foi a Tábua LIGHT MÉDIA.

APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Os registros contábeis, consolidados nas Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas, foram submetidos à apreciação da auditoria independente Baker Tilly Brasil, que emitiu parecer com a seguinte opinião:

“Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da FUNDAÇÃO LIBERTAS DE SEGURIDADE SOCIAL e individual por Plano de Benefícios em 31 de dezembro de 2013 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.”

Nesse parecer, os auditores incluíram 4 parágrafos de ênfase, os quais, a Fundação registra sua opinião em sequência:

As ênfases apontadas pela auditoria independente, também constam como parágrafo de ênfase no relatório do Conselho Fiscal.

Não obstante, as Demonstrações Contábeis, Notas Explicativas, Parecer dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal, foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo em reunião realizada no dia 25 de março de 2014.

Tais documentos encontram-se disponíveis no site da Fundação.

Ênfases 1

“Conforme descrito na Nota Explicativa no 4.3.9, em 31 de dezembro de 2013, a Fundação mantém reconhecido, decorrente da decisão judicial transitada em julgado, um crédito de R\$ 47.952 mil a receber da União relativo ao Imposto de Renda Retido na Fonte sobre aplicações financeiras do plano previdencial da extinta patrocinadora MinasCaixa. O referido valor encontra-se pendente de confirmação pela União, que poderá recorrer da sentença judicial visando à revisão dos cálculos. No momento, é incerta a definição do valor a receber, o qual está reconhecido com base em estimativa feita pelos assessores jurídicos no ano de 2007 e que não vem sendo atualizada por ser do entendimento da Fundação que a atualização da contingência ativa para valores superiores aos já registrados, não seria prudente. O valor atual da causa conforme posicionamento dos advogados responsáveis é de R\$ 49.328 mil. Nossa opinião não está ressaltada em função desse assunto.”

A Fundação Libertas aguarda o ressarcimento do Imposto de Renda recolhido no período compreendido entre maio de 1984 a dezembro de 1993. O direito foi reconhecido por decisão judicial transitada em julgado, definitiva e irrevogável. Essa decisão assegura restituição do imposto pago indevidamente, assegurada a complementação e atualização monetária de acordo com o andamento do processo.

A provisão contábil foi reconhecida nas demonstrações financeiras do Plano MINASCAIXA no mês de dezembro de 2001. O referido direito está atribuído integralmente ao Plano da extinta MINASCAIXA, em virtude da temporalidade do litígio estar datada em período anterior a 1991, época em que era o único plano existente na Fundação.

Em dezembro de 2007, baseado em relatório elaborado pelo advogado que patrocina a causa, a entidade procedeu ao ajuste da provisão de recebimento, passando de R\$ 56.782 mil para atuais R\$ 47.952 mil.

A avaliação da decisão do STJ aponta no sentido de que a apreciação dos itens abordados em embargos de declaração não produzirá alteração significativa no valor exequendo, pois que a principal divergência sobre os cálculos, a incidência de índices de expurgo inflacionário, já foi superada em favor das entidades exequentes, e reafirmou o valor da estimativa.

Ênfases 2

“Conforme descrito na Nota Explicativa no 4.8.3.3, a Fundação foi autuada em duas ocasiões pela Secretaria da Receita Federal para efetuar o pagamento de imposto de renda incidente sobre as aplicações financeiras. Com relação à primeira autuação, a qual compreendeu os exercícios de 1995 a 1998, o valor foi pago em dezembro de 2013, aproveitando os benefícios concedidos pelo REFIS (Lei nº 12.865/2013), resultando num desembolso efetivo de R\$ 32.512 mil. A época deste pagamento, o valor provisionado pela contabilidade para esta contingência era de R\$ 71.564 (R\$ 67.576 em 31/12/2012). A diferença entre o valor provisionado e o valor pago, considerando também as custas dos advogados, foi realocado para a provisão do processo que abrange o período 2000 a 2004, cujo prognóstico de perda é possível. Até o término de nossos trabalhos, não houve manifestação do advogado desta causa a respeito de alteração do prognóstico de possível para provável, com aumento do valor da causa, para justificar o registro complementar da provisão de tal processo, no valor de R\$ 38.977 mil, conforme Resolução Nº 1.180/99 do Conselho Federal de Contabilidade. Nossa opinião não está ressaltada em função desse assunto.”

Ênfases 3

“Com relação à segunda autuação, mencionada no parágrafo anterior, a qual abrange o período de junho de 2000 a dezembro de 2004, esta foi impugnada na esfera administrativa. O valor atualizado da ação, conforme parecer dos advogados responsáveis é de R\$ 245.681 mil relativos ao período de junho de 2000 a dezembro de 2004 (31/12/2012 – R\$ 236.916), e ainda conforme o entendimento destes advogados, o prognóstico de perda da ação é possível. A Fundação mantém na data base auditada, provisão de R\$ 96.534, referente a este processo. No momento, é incerto conhecer o desfecho destes assuntos ou a necessidade ou não de complementar a provisão para pagamento de autuações, tendo em vista a falta de decisões dos Tribunais superiores, até o presente momento, em processo desta natureza, e também pelo fato de a Fundação, para o caso que está sendo discutido judicialmente, ter tido a segurança denegada obrigando o pagamento da autuação. Complementarmente, existem decisões do Tribunal Regional Federal da 4ª Região contrária ao pleito da Fundação. Até o término de nossos trabalhos, não houve manifestação do advogado desta causa a respeito de alteração do prognóstico de possível para provável, para justificar o registro da provisão de tal processo, conforme definido na Resolução Nº 1.180/99 do Conselho Federal de Contabilidade. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.”

Em 27 de setembro de 2000 a FUNDAÇÃO LIBERTAS foi autuada pela Secretaria da Receita Federal em relação ao Imposto de Renda Retido na Fonte incidente sobre os rendimentos das aplicações financeiras de renda fixa e variável nos exercícios de 1995 a 1998, procedendo ao Lançamento de Ofício do crédito tributário correspondente, no valor corrigido de R\$ 63.212 mil.

Em 29 de junho de 2005, a FUNDAÇÃO LIBERTAS recebeu nova autuação fiscal da Secretaria da Receita Federal, em relação ao Imposto de Renda Retido na Fonte incidente sobre os rendimentos das aplicações financeiras de renda fixa e variável nos exercícios de 2000 a 2004, procedendo ao Lançamento de Ofício do crédito tributário correspondente no valor de R\$ 138.972 mil (R\$ 245.681 mil em dezembro de 2013).

No exercício social de 2010, em virtude da probabilidade de perda “provável” apontada pelo consultor jurídico que acompanha o processo de Imposto de Renda Retido na Fonte no período de 1995 a 1998, ratificada pela assessoria jurídica interna da Entidade e pela Diretoria Executiva, ocorreu o provisionamento da totalidade do valor em risco.

Para o auto de infração relativo aos exercícios sociais compreendidos entre os anos de 2000 a 2004, permaneceu o provisionamento parcial. A provisão foi efetuada de forma conservadora pela Entidade, tendo em vista a possibilidade de perda apontada pelos consultores jurídicos externos como “possível”.

Em dezembro de 2013, considerando a aprovação da lei 12.865/2013 que reabriu o prazo para adesão ao Parcelamento Ordinário de Débitos Tributários (REFIS), disciplinado pela Lei nº 11.941/2009, a Fundação Libertas, com base nos pareceres dos advogados que patrocinam a causa, optou pela adesão ao REFIS

somente em relação aos débitos alusivos ao Imposto de Renda no período de 1995 a 1998. Desta forma, em 12 de dezembro de 2013, foi pago DARF no valor de R\$ 32.512 mil.

Como a contingência contabilizada até Novembro de 2013, em relação ao Imposto de Renda no período de 1995 a 1998, montava R\$ 71.564 mil, o excedente (R\$ 39.052 mil) foi destinado à: a) Quitação dos honorários dos advogados que acompanhavam a causa: R\$ 289 mil; b) Complementação do provisionamento do débito do Imposto de Renda do período de 2000 a 2004 (Nos termos do parecer dos Advogados da Fundação): R\$ 38.763 mil.

Por consequência, os registros contábeis relacionados a contingência de Imposto de Renda do período de 2000 a 2004 montam R\$ 96.534 mil, em 31 de dezembro de 2013.

Ênfases 4

“A Fundação recebeu os Ofícios nºs 5.565 de 03 de dezembro de 2013 e 5.680 de 09 de dezembro de 2013 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (“PREVIC”), de Monitoramento dos Investimentos, apontando desenquadramento dos investimentos do plano COPASA RP1 com relação aos requisitos da Resolução Nº 3.792, do Banco Central do Brasil/Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar. A situação apontada decorre, exclusivamente, das contingências relacionadas aos investimentos, as quais são consideradas como excludentes no cálculo dos recursos garantidores, sendo estes a base para cálculo do enquadramento, conforme norma citada anteriormente. A Fundação respondeu a tais ofícios, solicitando avaliação do conceito de apuração de “Recursos Garantidores” para entidades que detêm “exigível contingencial” relacionado ao investimento. Em 31 de dezembro de 2013, os planos previdenciários CDI, COMIG BD, e IMA apresentavam o mesmo quadro apontado no plano COPASA RP1. Até que a diretoria da PREVIC se posicione de forma favorável ao entendimento da Fundação a respeito do cálculo do enquadramento dos investimentos, a Fundação encontra-se em situação passível de penalidade pelo órgão regulamentador. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.”

A situação apontada pelos auditores reflete uma imperfeição da legislação que rege as atividades relacionadas à Previdência Complementar.

Tal imperfeição ocorre, a partir da indicação do cálculo à ser feito para enquadramento (Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.792/2009), qual seja: Total do Investimento dividido pelos Recursos Garantidores totais, sendo esse último composto pelo somatório dos ativos disponíveis e de investimentos, deduzidos de suas correspondentes exigibilidades. Logo, caso os planos possuam elevadas exigibilidades, o cálculo de enquadramento fica distorcido.

Considerando que o desenquadramento apontado é inerente a Forma de apuração, e que em essência a entidade está enquadrada em relação aos investimentos realizados, a Fundação Libertas aguarda posicionamento da PREVIC sobre tal situação.

VALORES DE MERCADO DOS INVESTIMENTOS – R\$ (MIL)

Discriminação dos Investimentos	Plano dez/2013	%Aplicação	%Política de Investimentos	PGA dez/2013	%Aplicação	Entidade dez/2013	%Aplicação	Limite Res. 3792
Recursos garantidores das reservas técnicas	281.274	100,00%	100,00%	9.157	100,00%	2.207.312	100,00%	–
Disponível	119	0,04%		70	0,76%		0,00%	–
Renda Fixa	214.408	76,23%	100,00%	9.087	99,24%	1.634.740	74,06%	100%
Gestão Própria	–	0,00%			0,00%	175.782	7,96%	
Gestão Terceirizada	214.408	76,23%		9.087	99,24%	1.458.958	66,10%	
Renda Variável (Gestão Terceirizada)	41.312	14,69%	27,50%	–	0,00%	292.901	13,27%	70%
Invest. Estruturados (Gestão Terceirizada)	11.976	4,26%	15,00%	–	0,00%	85.850	3,89%	20%
Imóveis (Gestão Própria)	20.190	7,18%	8,00%	–	0,00%	148.431	6,72%	8%
Emprést./Financiamentos (Gestão Própria)	5.404	1,92%	15,00%	–	0,00%	45.390	2,06%	15%
Valores a Pagar e a Receber	402	0,14%		–	0,00%			
Exigível Contingencial/Investimentos	(12.537)	–4,46%		–	0,00%			
Gestão Própria	26.115	8,89%		70	0,76%	369.603	16,74%	
Gestão Terceirizada	267.696	91,11%		9.087	99,24%	1.837.709	83,26%	

Nota: na coluna “% Política de Investimentos” constam os limites superiores estabelecidos para cada segmento de aplicação.

O quadro acima demonstra a atual distribuição dos recursos do Plano PRODEMGE entre os segmentos de aplicação permitidos pela legislação vigente. Também são apresentadas a alocação do Plano de Gestão Administrativa, assim como a consolidada de todos os planos de benefícios administrados, para que seja possível ao participante comparar a situação de seu plano com a posição geral da entidade.

Como pode ser observado, os investimentos estão em acordo com os limites estabelecidos na política de investimentos do plano, que é elaborada levando em conta suas especificidades, como características da massa de participantes (idade, tempo para aposentadoria), necessidade de liquidez, nível de risco aceitável para os investimentos, entre outros.

APRESENTAÇÃO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS - DEMONSTRATIVO DOS MANDATOS

Segmento	Nome do fundo	Tipo	Gestor	Benchmark	Taxa de administração	Taxa de Performance
Renda Fixa	FI RF FAROL ALM I	Exclusivo	Bradesco	INPC +6,00% a.a.	0,06% a.a.	Não Aplicável
Renda Fixa	FI RF FAROL ALM II	Exclusivo	Itaú	IMA-B	0,06% a.a.	Não Aplicável
Renda Fixa	SANTANDER FI RF FAROL	Exclusivo	Santander	CDI	0,06% a.a.	Não Aplicável
Renda Fixa	FIDC BMG VIII SR S2	Fechado	Integral	IPCA+8,50% a.a.	0,50% a.a.	Não Aplicável
Renda Fixa	FIRF MODAL GAIA CRI	Fechado	Modal	IPCA+6,50% a.a.	0,60% a.a.	Não Aplicável
Renda Variável	SULAMERICA FIC DE FIA LIBERTAS	Exclusivo	Sul América	IBOVESPA Ativo	0,00% a.a.	Não Aplicável
Renda Variável	B FIA DIVIDENDOS	Aberto	Bradesco	IDIV Ativo	1,50% a.a.	Não Aplicável
Renda Variável	BTG ABS INS FIC FIA	Aberto	BTG Pactual	Ações Livre	3,00% a.a.	Não Aplicável
Renda Variável	GAVEA AÇÕES FIC FIA	Aberto	Gávea	IBrX- 100 Ativo	1,96% a.a.	20% s/o que exceder o IBrX-100
Renda Variável	GUEPA INST 60 FIC FIA	Aberto	Guepardo	IBOVESPA Ativo	2,05% a.a.	20% s/o que exceder o IBOVESPA
Renda Variável	JGP INST FIA	Aberto	JGP	Ações Livre	2,75% a.a.	Não Aplicável
Renda Variável	BTG PAC DIV FIC FIA	Aberto	BTG Pactual	IDIV Ativo	2,50% a.a.	Não Aplicável
Renda Variável	POLLUX INS I FIC FIA	Aberto	Pollux	IBrX- 100 Ativo	2,00% a.a.	20% s/o que exceder o IBrX-100
Renda Variável	SUL AMER TOT RET FIA	Aberto	Sul América	IBrX-50 Ativo	1,50% a.a.	20% s/o que excedera IBrX-50
Renda Variável	SUL EXPERTISE II FIA	Fechado	Sul América	IVBX-2 Ativo	1,50% a.a.	10% s/o que exceder o IVBX-2
Renda Variável	FRANK TEMPLEN VL FIA	Aberto	Franklin Templeton	IBOVESPA Ativo	2,00% a.a.	20% s/o que exceder o IBOVESPA
Renda Variável	FIC FIA LIBERTAS I	Exclusivo	HSBC	IBOVESPA Ativo	0,16% a.a.	Não Aplicável
Renda Variável	BNY MELLON ARX FIA	Aberto	Mellon	Ações Livre	4,00% a.a.	Não Aplicável
Renda Variável	BTG ABS INS FIC FIA	Aberto	BTG Pactual	Ações Livre	3,00% a.a.	Não Aplicável

Continuação

APRESENTAÇÃO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS - DEMONSTRATIVO DOS MANDATOS

Segmento	Nome do fundo	Tipo	Gestor	Benchmark	Taxa de administração	Taxa de Performance
Renda Variável	FRANKLIN T IBX FIA	Aberto	Franklin Templeton	IBrX Ativo	2,00% a.a.	Não Aplicável
Renda Variável	GAVEA AÇÕES FIC FIA	Aberto	Gávea	IBrX- 100 Ativo	1,96% a.a.	20% s/o que exceder o IBrX-100
Renda Variável	HSBC FIA IBOV GESTÃO	Aberto	HSBC	IBOVESPA	0,00% a.a.	Não Aplicável
Renda Variável	JGP EXPLORER INS FIA	Aberto	JGP	Ações Livre	2,75% a.a.	Não Aplicável
Renda Variável	JGP INST FIA	Aberto	JGP	Ações Livre	2,75% a.a.	Não Aplicável
Renda Variável	BTG PAC DIV FIC FIA	Aberto	BTG Pactual	IDIV	2,50% a.a.	Não Aplicável
Renda Variável	POLLUX INS I FIC FIA	Aberto	Pollux	IBrX- 100 Ativo	2,00% a.a.	20% s/o que exceder o IBrX-100
Renda Variável	SQUADRA INST FIA	Aberto	Squadra	Ações Livre	3,00% a.a.	Não Aplicável
Renda Variável	FIA SULAMERICA EXPERTISE ATIVOS	Fechado	Sul América	IVBX-2 Ativo	1,50% a.a.	10% s/o que exceder o IVBX-2
Invest. Estruturados	FIP COLISEU	Fechado	Modal	IPCA+7,00% a.a.	0,18% a.a.	Não Aplicável
Invest. Estruturados	FIEE EMPREENDEDOR BRASIL	Fechado	BRZ	IPCA+9,50% a.a.	1,90% a.a.	20% s/o que exceder IPCA +9,5% a.a.
Invest. Estruturados	FIP KINEA PRIV EQ II	Fechado	KINEA	IPCA+10,00% a.a.	1,50% a.a.	20% s/o que exceder IPCA+10,0% a.a.
Invest. Estruturados	FIP LACAN FLORESTAL	Fechado	Lacan	IPCA+ 10,00% a.a.	1,00% a.a.	20% s/o que exceder IPCA+ 10,0% a.a.
Invest. Estruturados	FIP DLM BRASIL TI	Fechado	DLM	IPCA + 10,00% a.a.	1,80% a.a.	20% s/o que exceder IPCA+10,0% a.a.
Invest. Estruturados	FICFIP BTG INFRA II	Fechado	BTG Pactual	IPCA+8,00% a.a.	2,00% a.a.	20% s/o que exceder IPCA +8,0% a.a.

Na Tabela Apresentação dos Fundos de Investimentos – Demonstrativo dos Mandatos estão relacionados os fundos de investimentos dos quais a Fundação LIBERTAS é cotista. A distribuição das cotas, dentre os vários planos que administra, varia de acordo com as características de cada um, conforme mencionado anteriormente.

O quadro também exibe informações relacionadas ao mandato/benchmark (objetivo de rentabilidade do Fundo), taxas de administração, taxa de performance (remuneração cobrada sobre a rentabilidade que superou o benchmark - índice de referência do fundo), entre outras.

Com base nessas informações a entidade objetiva apresentar, de forma transparente, os gestores selecionados para alocação dos recursos, explicitando a diversificação em diferentes estratégias de gestão, que tem como principal objetivo a minimização de riscos e atribuição de valor no curto, médio e longo prazo.

RENTABILIDADE X BENCHMARK – 2013

Segmentos	Benchmark		Rentabilidade bruta	Rentabilidade líquida	Rentabilidade PGA
	Referência	Varição%			
Renda Fixa	INPC+5,5% a.a.	11,37%	11,44%	11,27%	5,76%
Renda Variável	IBOVESPA	-15,51%	-1,45%	-1,60%	
Investimentos Estruturados	INPC+5,75% a.a.	11,63%	-5,78%	-5,93%	
Carteira Imobiliária	INPC	5,56%	11,98%	11,80%	
Empréstimos aos Participantes	INPC+8% a.a.	14,01%	18,09%	17,91%	
Meta Atuarial*		11,33%	-	-	
Carteira do Plano		8,85%	9,02%	8,85%	5,76%

* Meta Atuarial foi INPC + 5,37% ao ano

O quadro de rentabilidade apresenta os resultados obtidos pelo plano no ano de 2013, inclusive de forma segregada por segmento. Além disso, permite que os resultados sejam comparados com os respectivos índices de referência estabelecidos. Simultaneamente, são apresentados os resultados obtidos pelo PGA, além dos retornos brutos e líquidos dos investimentos do plano.

Considerando que a gestão do plano é realizada com foco na formação de reserva no longo prazo, com objetivo de garantir o pagamento dos benefícios aos participantes após o término da vida laborativa, é importante que o monitoramento dos resultados seja feito levando em conta tal premissa. Esse entendimento é de extrema importância por parte dos participantes, para que consigam conviver com as oscilações que os riscos dos investimentos provocam na cota do plano. Como os investimentos

são feitos com foco no longo prazo, possuem maior risco e, portanto, maior expectativa de retorno. A proteção que a entidade busca para que os objetivos sejam alcançados é a diversificação, ou seja, a aplicação em ativos de diversas naturezas, tipos e níveis de riscos. Nesse sentido, estão apresentados o desempenho de alguns dos principais índices de mercado, em janelas de tempo de 12, 24, 36 e 48 meses, para que seja possível avaliar o valor agregado pelo risco dos investimentos no longo prazo.

PRINCIPAIS ÍNDICES DE MERCADO

Segmentos	Índice	Últimos 12 meses	Últimos 24 meses	Últimos 36 meses	Últimos 48 meses
Plano	Cota	8,85%	25,27%	39,57%	
Renda Fixa	CDI	8,06%	17,14%	30,72%	43,47%
Renda Fixa	SELIC	8,22%	17,41%	31,06%	43,87%
Renda Fixa	IMA-B	-10,02%	13,99%	31,21%	53,57%
Renda Variável	IBOVESPA	-15,50%	-9,25%	-25,68%	-24,90%
Renda Variável	IBrX	-3,13%	8,06%	-4,25%	-1,74%
Renda Variável	SMLL	-15,22%	9,08%	-9,03%	11,69%
Renda Variável	IVBX-2	5,22%	27,12%	21,14%	26,44%

Enfim, resultados ruins, se realizados no curto prazo, podem prejudicar os resultados no futuro. Movimentos bruscos, como a venda de ativos pelo simples fato de terem apresentado retornos ruins no curto prazo, sem a observância de fundamentos técnicos que o justifiquem, pode prejudicar de forma relevante os participantes. Por isso, a Fundação Libertas monitora diariamente o mercado, avaliando as oportunidades e analisando os fundamentos para compor as carteiras dos planos da forma mais aderente possível à necessidade de cada um.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2014

Segmentos	Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Legal
Renda Fixa	72,10%	50,00%	100,00%	100,00%
Renda Variável	12,96%	0,00%	25,00%	70,00%
Investimentos Estruturados	5,04%	0,00%	10,00%	20,00%
Investimentos no Exterior	0,00%	0,00%	3,00%	10,00%
Carteira de Imóveis	7,40%	0,00%	8,00%	8,00%
Empréstimos aos participantes	2,50%	0,00%	15,00%	15,00%

Para o ano de 2014, a política de investimentos preparada pela Diretoria Executiva da entidade, e aprovada pelo Conselho Deliberativo, aponta os limites de aplicação como parâmetros a serem observados. Cabe lembrar que os limites são estabelecidos com base em estudos e premissas que são validados com as características e particularidades de cada plano, sempre com foco no fluxo de pagamento de benefícios.

Finalmente, no quadro a seguir consta um resumo das informações relacionadas à política de investimentos para 2014.

RELATÓRIO RESUMO DE POLÍTICA DE INVESTIMENTOS - 2014

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência

Período de referência: 01/2014 a 12/2014

Indexador: INPC – Taxa de Juros: 5,37%

Documentação / Responsáveis:

Nº da Ata de Aprovação: 275

Data de aprovação pelo Conselho Deliberativo: 19/12/2013

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Nome: Edson José Vidigal Paolucci

Cargo: Diretor Administrativo e Financeiro

Controle de Riscos: Risco de Mercado; Risco de Liquidez; de Contraparte; Legal; Operacional; Outros.

INVESTIMENTOS DA FUNDAÇÃO LIBERTAS

1) Os planos de benefícios de previdência complementar têm por base a acumulação de recursos provenientes da contribuição dos participantes e das empresas patrocinadoras. Esses recursos são aplicados no mercado financeiro e, para tais investimentos, há regras estabelecidas por órgãos governamentais, como a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc (responsável pela fiscalização dos fundos de pensão) e o Conselho Monetário Nacional, entre outros. Em resumo, o montante acumulado por cada plano servirá para o pagamento dos benefícios previstos em seu regulamento. Enfim, há, sim, uma total dependência entre previdência complementar e mercado financeiro, cujas oscilações afetam diretamente os planos de benefícios.

2) Outro ponto importante a destacar é o caráter de longo prazo dos investimentos dos fundos de pensão, cujos resultados devem ser avaliados ao longo dos anos. Essa característica é a base da Previdência Complementar, que está, naturalmente, ligada às oscilações do mercado financeiro. Por esse motivo, sempre é bom verificar o desempenho de um plano de benefícios levando em conta períodos acumulados, para que seja possível avaliar de forma eficiente a gestão de investimentos.

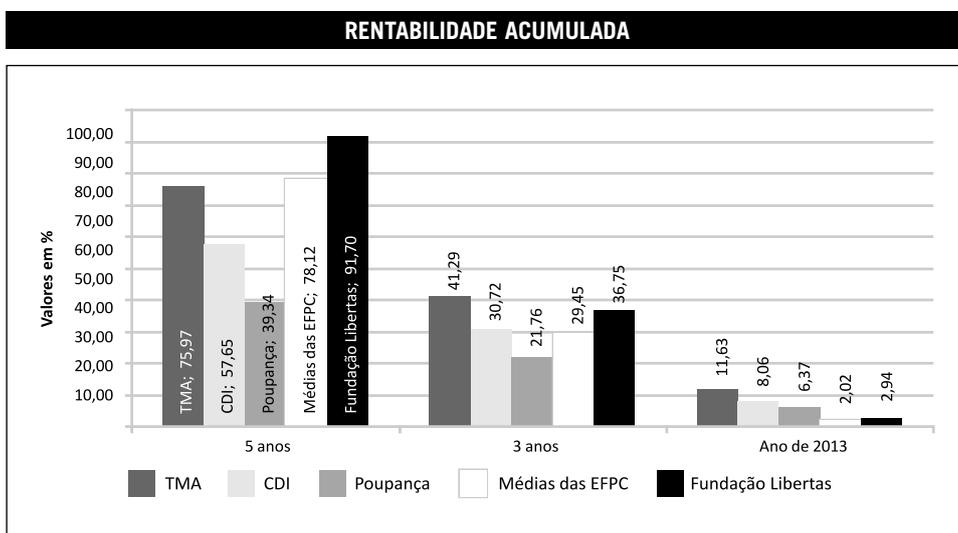
3) A situação de 2013 reflete um período de instabilidade dos mercados, tanto doméstico como mundial. O que gostaríamos de ressaltar é que, embora os resultados mais recentes dos investimentos (e seus impactos no valor da cota mensal do seu plano de benefícios) não tenham sido satisfatórios, foi justamente o histórico positivo da gestão de recursos da Fundação Libertas que impede o agravamento da situação de momento. Trata-se, sim, de um período de instabilidade momentânea dos mercados.

4) Sempre quando comentamos sobre as expectativas de investimentos de um plano de aposentadoria, focamos na razão da existência de um plano em uma entidade fechada de previdência complementar, que em hipótese alguma pode ser confundido com investimentos de curto prazo ou formação de poupança associada a consumo. Trata-se de constituição de poupança para aferição de renda suplementar futura.

5) Nesse contexto, além dos riscos envolvidos nas aplicações financeiras que em determinados momentos apresentam grandes oscilações nos preços dos ativos (volatilidade/ risco de mercado), temos que destacar outra grande preocupação, esquecida em alguns momentos pelos participantes - A INFLAÇÃO. Ao realizar os investimentos, com o foco na manutenção de renda futura, o gestor de um fundo de pensão realiza aplicações em ativos que buscam proteger no longo prazo esse participante de choques inflacionários.

6) Sabemos que esse assunto carece de maior espaço para compreensão, mas chamamos à reflexão a necessidade individual de avaliar as aplicações não apenas pela variação inicial dos seus ativos. Muitos procuram proteger o seu patrimônio em aplicações financeiras de curto prazo, inclusive em cadernetas de poupança. Nesse caso, ao avaliar o seu investimento pela ótica do poder de compra, é bem provável que os retornos dos investimentos sejam insuficientes até para suprir a inflação no período.

7) No gráfico a seguir, você tem uma comparação da rentabilidade total dos investimentos da FUNDAÇÃO LIBERTAS com alguns indexadores de mercado e com a média da rentabilidade dos Fundos de Pensão, acumulados para períodos de 5 anos, 3 anos e no ano de 2013.



(1) TMA = Taxa Máxima Atuarial: INPC + 6%aa até 2012; e INPC + 5,75%aa em 2013 (parâmetro utilizado para o retorno dos investimentos de um plano de benefícios na modalidade BD).

(2) CDI = Certificado de Depósito Interbancário.

(3) Poupança = Caderneta de Poupança (TR + 6% aa).

(4) EFPCs = Entidades Fechadas de Previdência Complementar (desempenho médio calculado pela PREVIC).

(5) FUNDAÇÃO LIBERTAS = Rentabilidade consolidada de todos os planos administrados pela Fundação.